



RESOLUÇÃO Nº 09/2007

“Dispõe sobre a concessão de estágio a estudantes no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso”.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 4º da Lei Complementar nº 269, de 22 de janeiro 2007, alínea 'n' do inciso IV do artigo 26 da Resolução nº 02, de 21 de maio de 2002 e tendo em vista, ainda, o disposto nas Leis nº 6.494/77, nº 8.859/94 e nº 4.024/61, alterada pela Lei nº 9.131/95 e no Decreto Federal nº 87.497/82, alterado pelos Decretos nº 89.467/84 e nº 2.080/96, Resolução CNE/CEB nº 1/2004 e Resolução nº 176/04-CEE/MT, e;

Considerando a necessidade de normatizar, no âmbito deste Tribunal, o estágio curricular de estudantes regularmente matriculados em cursos vinculados ao ensino público e particular no Estado de Mato Grosso, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O estágio tem por objetivo colaborar com o aprendizado de estudantes, regularmente matriculados e com frequência efetiva em cursos de níveis médio e superior, devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação.

Parágrafo único. O estágio deverá propiciar ao estudante a complementação do ensino e da aprendizagem e ser planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, constituindo-se em instrumento de integração, em termos de treinamento prático e aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

Art. 2º O estágio no Tribunal de Contas no Estado de Mato Grosso será efetivado mediante convênios com agentes de integração ou diretamente com as instituições de ensino.



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

TC
Fls. _____
Rub. _____

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

Art. 3º O estágio, ainda que remunerado, não gera vínculo empregatício de qualquer natureza, conforme disposto no art. 4º da Lei n. 6.494/77 e no art. 6º, § 4º, da Resolução n. 176/04-CEE/MT.

Art. 4º Somente poderão realizar o estágio:

I - estudantes de nível superior que estiverem cursando o terceiro semestre ou o segundo ano do curso, conforme o caso;

II - estudantes de nível superior, tecnólogo, que estiverem cursando o segundo semestre letivo;

III - estudantes de nível médio, profissionalizante, ou não, que estiverem cursando o segundo ano letivo.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, somente poderão ser admitidos como estagiários alunos que tiverem, no mínimo, 16 (dezesesseis) anos completos na data de início do estágio.

Art. 5º A Secretaria de Gestão promoverá a operacionalização das atividades de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação do estágio, em articulação com os agentes de integração, se for o caso, e com as instituições de ensino, cabendo-lhes:

I - definir o quadro de vagas e de lotação de estagiários, observado o disposto no art. 6º, submetendo-os à aprovação prévia da Presidência do TCE.

II - orientar a unidade requisitante quanto à formulação do pedido de contratação de estagiários;

III - proceder, junto aos agentes de integração e/ou instituições de ensino conveniadas, o recrutamento de estudantes;

IV - selecionar, mediante procedimento próprio, os estudantes recrutados;

V - promover a integração do estagiário no âmbito do Tribunal, através de treinamento específico de ambientação e integração;

VI - encaminhar os termos de compromisso para serem assinados pela autoridade competente deste Tribunal ou seu substituto legal;

VII - encaminhar às unidades administrativas os estudantes selecionados;

VIII - coordenar, junto às unidades do Tribunal, o sistema de alternância de atividades dos estagiários, de acordo com as atividades profissionalizantes de suas áreas de curso;

IX - enviar a folha de pagamento dos estagiários à Coordenadoria de Orçamento e Finanças, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da realização do estágio;

X - controlar mensalmente os relatórios de frequência e avaliação dos estagiários;

XI - expedir certidões ou certificados de estágio;

XII - receber as solicitações de desligamento, providenciando a formalização da desistência junto às entidades conveniadas;

XIII - propor atualização dos valores da bolsa de estágio;



XIV - providenciar o crachá do estagiário;
XV - controlar os períodos de duração dos estágios;
XVI - dar instruções a respeito do funcionamento do programa e procedimentos correlatos às instituições conveniadas, às unidades integrantes do Tribunal e aos estagiários.

Art. 6º O número total de estagiários será definido após consulta às diversas unidades do Tribunal, devendo ser observados, rigorosamente, os limites orçamentários do exercício.

§ 1º O contingente total de estagiários não poderá ser superior a 20% (vinte por cento) do número de servidores do quadro de pessoal, incluindo os detentores de cargos comissionados.

§ 2º Excepcionalmente, com autorização da Presidência e devidamente justificado, poderá ser ultrapassado o percentual previsto no § 1º, desde que respeitados os limites orçamentários do exercício.

Art. 7º As unidades do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso poderão receber estagiários, desde que observados os seguintes requisitos:

I - ter condições de proporcionar experiência prática ao estudante, mediante atividades de estágio que guardem relação com a respectiva área de formação profissional;

II - ter supervisor devidamente qualificado, se possível na mesma área do estágio, e que tenha, no mínimo, o mesmo grau de formação escolar do estagiário.

Art. 8º As unidades administrativas, através do seu supervisor de estágio, deverão encaminhar à Secretaria de Gestão relatório mensal de frequência e de atividades do estagiário, devidamente assinado, até o 1º dia útil do mês subsequente ao da realização do estágio.

Parágrafo único. O responsável pela unidade administrativa deverá comunicar à Secretaria de Gestão, imediatamente e por escrito ou meio eletrônico, qualquer irregularidade constatada em relação ao estagiário.

CAPÍTULO II

DOS ESTAGIÁRIOS

Seção I

Da Duração e da Jornada do Estágio

Art. 9º O estágio terá duração mínima de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por sucessivas vezes, desde que vigente a condição de estudante do estagiário.

Art. 10. O estagiário, de acordo com o tipo de estágio, não profissional ou profissional, poderá cumprir, respectivamente, jornada de 20 (vinte)



ou 30 (trinta) horas semanais, estando sujeito ao desconto proporcional das eventuais faltas, na forma do art.21.

§ 1º A carga horária, duração e jornada do estágio, a serem cumpridas pelo aluno estagiário, devem ser compatíveis com a jornada escolar do aluno, nos termos do art. 7º, *caput*, Resolução n. 176/04-CEE/MT.

§ 2º Nos períodos de férias escolares, a jornada do estágio poderá ser estabelecida em comum acordo entre o estagiário e a Administração do Tribunal.

Seção II

Do Recrutamento, Seleção e Lotação do Estagiário

Art. 11º. O estagiário será recrutado previamente pelos agentes de integração ou pelas instituições conveniadas, após solicitação da Secretaria de Gestão do Tribunal.

Art. 12. Realizado o procedimento de recrutamento, os estagiários deverão apresentar-se à Secretaria de Gestão com os seguintes documentos:

- I - declaração da instituição de ensino de que está regularmente matriculado e com frequência regular no curso e nas disciplinas de interesse;
- II - histórico escolar;
- III - duas fotografias 3x4;
- IV - cópia da cédula de identidade;
- V - cópia do CPF;
- VI - comprovante de endereço;

Art. 13. O responsável pela unidade onde será lotado o estagiário, por meio de entrevista pessoal, realizará a seleção final dos estudantes encaminhados.

Art. 14. A Secretaria de Gestão, após a seleção final, promoverá a lotação do estagiário na unidade administrativa respectiva.

Art. 15. A assinatura do termo de compromisso obriga o estagiário a cumprir as normas disciplinares de trabalho estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Seção III

Do Acompanhamento e da Avaliação



Art. 16. O estagiário será avaliado pelo responsável da unidade ou servidor designado por este, doravante denominado supervisor do estágio, a quem competirá, além das atribuições previstas no art 8º:

I - orientar o estagiário sob aspectos de conduta funcional e normas do Tribunal;

II - acompanhar e orientar o estagiário, observando a existência de correlação entre as atividades desenvolvidas e as constantes no plano de estágio.

Art. 17. O estagiário será avaliado objetivamente pelos resultados alcançados, por meio de conceitos a serem definidos pela Secretaria de Gestão, devendo obter rendimento igual ou superior a 70% (setenta por cento).

§ 1º O Relatório de Avaliação de Estagiário (RAE) será emitido trimestralmente pelo supervisor de estágio, devendo ser encaminhado à Secretaria de Gestão para ciência e providências, se for o caso.

§ 2º O estagiário que obtiver por duas vezes consecutivas conceito abaixo do esperado será desligado do Programa de Estágio do Tribunal.

§ 3º A Secretaria de Gestão procederá à qualificação do supervisor de estágio para os procedimentos de acompanhamento e avaliação do estagiário.

Art. 18. A frequência do estagiário e o respectivo registro das atividades desenvolvidas deverão ser gerados, preferencialmente, por meio de sistemas informatizados.

Seção IV

Da Bolsa de Estágio

Art. 19. Os valores da bolsa de estágio serão:

I - estudante de nível superior, inclusive tecnólogo: R\$ 800,00 (oitocentos reais).

II - estudante de nível médio: R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Parágrafo único. Na hipótese de a jornada de estágio ser de 20 (vinte) horas semanais, o valor da bolsa será diminuído em 30% (trinta por cento).

Art. 20. A despesa decorrente da concessão de bolsa de estágio fica condicionada à existência de dotação orçamentária, constante do orçamento do Tribunal de Contas do Estado.



Art. 21. Será considerada, para efeito de cálculo da bolsa, a frequência mensal do estagiário, deduzindo-se os dias de faltas não justificadas.

§ 1º Para cada dia de falta não justificada será descontado 1/30 avos do valor total da bolsa, independentemente da efetiva quantidade de dias que o mês possuir.

§ 2º As faltas justificadas e aceitas pelo supervisor do estágio deverão ser compensadas até o mês subsequente ao da sua ocorrência, sob pena de desconto do valor correspondente na bolsa de estágio.

Art. 22. O pagamento da bolsa será suspenso a partir da data de desligamento do estagiário, informada à Secretaria de Gestão pelo supervisor do estágio, qualquer que seja a causa.

Art. 23. É vedada a acumulação, por um único estudante, de duas ou mais bolsas de estágio.

Art. 24. O estagiário não terá direito a vale-transporte, auxílio alimentação ou benefício de assistência à saúde, exceto, em relação a este último, no que concerne aos atendimentos de rotina do ambulatório médico do Tribunal.

Parágrafo único. Ao estagiário será devido, além do pagamento da bolsa, o seguro contra acidentes pessoais.

Seção V

Do Desligamento

Art. 25. O desligamento do estagiário ocorrerá:

I - automaticamente, ao término do prazo de validade do termo de compromisso;

II - por descumprimento, por parte do estagiário, das condições estabelecidas no termo de compromisso;

III - por interesse ou conveniência do Tribunal

IV - por rendimento insatisfatório do estagiário, conforme previsto no art. 17;

V - a pedido do estagiário, manifestado mediante comunicado à Secretaria de Gestão;

VI - pela ocorrência de 3 (três) faltas injustificadas, consecutivas ou não, no período de trinta dias, ou de 10 (dez) faltas injustificadas, consecutivas ou não, durante o estágio;

VII - por interrupção ou conclusão do curso;

VIII - por decorrência de tratamento médico superior a 15 (quinze) dias, desde que haja interesse da administração em dispensá-lo, podendo, todavia, apenas suspender o contrato;

IX - por comportamento funcional ou social inadequado aos padrões e regulamentos internos do Tribunal.



Parágrafo único. No caso de desligamento, que não seja por término de contrato ou de curso ou a pedido do estagiário, este deverá ser oficializado à Secretaria de Gestão pelo supervisor do estágio.

CAPÍTULO III

DO ESTAGIÁRIO SERVIDOR

Art. 26. O servidor do Tribunal poderá participar do estágio, nos termos desta regulamentação, desde que cumpra, no mínimo, vinte horas semanais de trabalho na unidade em que estiver lotado ou em exercício, e seja por seu titular autorizado.

Parágrafo único. O acompanhamento do estágio de servidor será realizado diretamente pela Secretaria de Gestão.

Art. 27. O servidor de que trata este Capítulo não terá direito à bolsa de estágio.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. A Secretaria de Gestão deverá divulgar às unidades administrativas do Tribunal as normas constantes desta Resolução, a fim de orientar os respectivos procedimentos.

Art. 29. Será emitido certificado somente quando o estudante obtiver aproveitamento satisfatório e, nos demais casos, declaração comprobatória do período de estágio.

Art. 30. O Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso poderá baixar atos complementares necessários à execução desta Resolução.

Art. 31. Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do Tribunal.

Art. 32 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, 22 de maio de 2007.



Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

TC
Fls. _____
Rub. _____

Secretaria Geral do Tribunal Pleno

Conselheiro JOSÉ CARLOS NOVELLI - Presidente

Conselheiro ARY LEITE DE CAMPOS - Corregedor-Geral

Conselheiro UBIRATAN SPINELLI

Conselheiro ANTONIO JOAQUIM

Conselheiro VALTER ALBANO - Vice-Presidente

Conselheiro JÚLIO CAMPOS

Conselheiro ALENCAR SOARES

Fui presente

Procurador de Justiça dr. JOSÉ EDUARDO FARIA